



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 22 21.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 04 de outubro de 2012

Aos quatro dias do mês de outubro, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes Membros: Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, José Ceia (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Pina (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Pargana, Paula Tomaz (em substituição de Maria Alexandra Marques Barata, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Fernando Caetano (em substituição de Adriano da Graça Mourato Capote, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), José Cavalheiro (em substituição de Cristina Nabais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Morujo (em substituição de Catarina Dias, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), António Fernando Ceia Biscainho, Luísa Panaças (em substituição de Carlos Afonso, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Gonçalo Chambel (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Hermenegildo Marques (em substituição de António Morais Baptista, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Jesus Nicolau Marques, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, Júlio Carrilho (em substituição de António Manuel Lameira Dias, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Valentim Manuel Mourato Nunes, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da mesa, deu início aos trabalhos, eram 14:15 horas e informou os membros de que a ordem de trabalhos daquela sessão extraordinária continha três pontos. No entanto, o segundo ponto não iria fazer parte dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

trabalhos, uma vez que nem sequer tinham recebido o respectivo agendamento para debate, por parte da Câmara Municipal.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que qualquer deliberação a proferir por aquela Assembleia Municipal se encontrava prejudicada pelo facto de não existir qualquer deliberação que conduzisse a uma deliberação do órgão Assembleia Municipal. Contudo, e pelo facto daquela ser uma sessão extraordinária e portanto a ordem de trabalhos estava fixada previamente, não poderia haver qualquer alteração. O Grupo Municipal do PS entendia que a mesma não poderia ser alterada, do ponto de vista legal, mesmo que do ponto dois não decorresse qualquer alteração do órgão Assembleia Municipal. Disse ainda que o órgão Câmara Municipal colocava, obviamente, o órgão Assembleia numa posição de convocatória “in extremis” para discutirem ali aqueles pontos e, não tendo sido levantado qualquer problema de natureza formal, não viam razão para que aquele ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, relativamente à sua discussão, uma vez que eram um órgão político e, obviamente, existiam implicações políticas que deveriam ser apreciadas por aquele órgão que era a Assembleia Municipal de Portalegre e, como assim, entendiam que o ponto deveria ser mantido, não só por imperativo legal, mas também porque existiam determinações políticas que importavam ser apreciadas. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que os eleitos da CDU subscreviam, naturalmente, a não retirada daquele ponto, mais que não fosse para ficar registado naquela reunião que um tema foi incluído na ordem de trabalhos, sem que tivesse havido deliberação do órgão executivo municipal. Contudo, a convocatória era aquela e deveria manter-se e, naturalmente a ata faria depois refletir tal facto. Considerou ainda que aquelas convocatórias corriam contra o tempo e tinham caído numa situação caricata. -----

ORDEM DO DIA:

1 – Repartição da despesa para o ano de 2013, referente à empreitada de construção das instalações para a companhia especial dos Bombeiros – “Os Canarinhos”;

- Deliberação de 2012.10.01 -

Presente informação n.º 1269, da Divisão de Gestão Financeira de 21 de março de 2012, relativa à repartição da despesa para o ano de 2013, referente à empreitada de “construção das instalações para a companhia especial dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Bombeiros – Os Canarinhos”. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição da despesa para o ano de 2013, nos termos da al. h), do n.º 1, do art.º 96.º do CCP. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o assunto acima mencionado.-----

2 – Adesão do Município de Portalegre ao PAEL – Plano de Apoio à Economia Local;

- Deliberação de 2012.10.04 –

Presente Plano de Ajustamento financeiro – Plano de Reequilíbrio Financeiro. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da Presidente, Vereadora Ana Manteiga e Vereador Nuno Santana, não aprovar a proposta apresentada de adesão ao Plano de Ajustamento Financeiro – Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, efetivamente, estavam perante uma situação bastante caricata. Desde logo, a forma como, temporalmente, a convocatória foi feita e como foram incluídos pontos na ordem de trabalhos, que nem estavam deliberados em reunião de Câmara. Como se tal não bastasse, disse que aquele ponto em discussão não era de somenos importância porque, evidentemente teria de ser alvo de um conjunto de trabalho efetuado pelos grupos municipais e também com o próprio executivo camarário e todos os seus membros. Portanto, tal assunto deveria ter sido alvo de preparação com a devida antecedência, algo que não tendo acontecido, só poderia ser imputado às hesitações da Presidente da Câmara, manifestadas sobre aquela matéria. Caso não tivesse hesitado tanto e tivesse tomado as opções políticas que lhe cabiam tomar, estariam ali todos melhor preparados para discutir aquele documento e poderia ter sido um documento diferente, alvo de algumas alterações que, evidentemente, já era tarde para que as mesmas produzissem efeito. Estavam pois “amputados” na forma como todo o processo foi despoletado de ter uma discussão séria sobre o mesmo, o que considerou bastante grave. Mais disse que o custo político de tal facto teria de ser assumido pela Presidente da Câmara, porque todo aquele processo tinha nascido torto, errado e a más horas e conduziu a uma situação de coacção sobre os partidos da oposição e, no caso em particular, sobre o partido socialista que naquela matéria, não foi tido nem achado. Por último, referiu que era verdadeiramente vergonhoso que os mapas que faziam parte do plano que ali foi apresentado, tivessem chegado ao conhecimento dos membros às 22:36 da noite anterior, o que era algo de absolutamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

inaceitável e deveria ficar registado. Independentemente do processo ter corrido da pior forma possível, o PS, como partido responsável que era, estudou o dito plano e analisou os mapas que chegaram tarde e a más horas e a conclusão a que chegaram foi de que a aplicação de um plano daqueles, o qual implicava um volume de sacrifícios acrescidos para os habitantes do concelho e que nunca antes tinham sido referidos pela Presidente. Tais sacrifícios nunca poderiam, de modo algum, compensar o que ali estava adjacente aos empréstimos que, por um lado, o estado português iria conceder à Câmara Municipal de Portalegre, no valor de 1 milhão, quatrocentos e vinte e seis mil euros, e pelo empréstimo comercial que também estava previsto naquele plano, associado ao PAEL, no valor de 3 milhões e quinhentos mil euros. Acrescentou que o mínimo aceitável, num plano daqueles, fossem directamente injectados na economia local, aliás, o próprio nome do programa dizia: Programa de Apoio à Economia Local. Referiu inclusive que as listagens contidas no anexo 6 e anexo 7 não tinham rigorosamente nada quanto a apoio à economia local, o que era de uma extrema gravidade e como se não bastasse ainda a forma vergonhosa como todo o processo foi conduzido, assim como também o facto de depararem com mapas em que o propósito era de pagar faturas a entidades externas ao Concelho, como sendo o caso da VALNOR, pagamento às águas, a empreiteiros que trabalharam para construir as tais megalomanias que o PSD teria de arcar com as mesmas até às últimas consequências, etc. Perante aquilo, a atitude do PS não poderia ser outra senão a de votar contra aquele resgate financeiro, que mais não seria do que uma dose acrescida de sacrifícios para os portalegrenses, que já os estavam a pagar exatamente pelas tais políticas cegas e insensíveis de austeridade que tinham vindo no primeiro projeto de plano e que entretanto, por milagre, tal referência foi apagada no segundo, talvez por alguma sensibilidade na bancada do PSD tenha obrigado a que assim acontecesse. Portanto, os sacrifícios impostos não compensariam o benefício que, eventualmente, poderia haver de injeção de algum dinheiro nas empresas locais, as quais constavam da referida listagem. Disse ainda que, com a apresentação daquele plano ficaram, pelo menos, a conhecer a verdadeira história das dívidas que a Câmara Municipal de Portalegre tinha, relativamente ao tecido empresarial local e não só. Em conclusão, a posição seria a mesma tomada no executivo camarário e o grupo municipal do Partido Socialista solidarizava-se por completo com a que tinha sido a dos Vereadores do PS na reunião de Câmara ocorrida no dia anterior, o que deveria servir de exemplo para que, em futuras ocasiões e em documentos com a importância daquele, as coisas não fossem feitas à pressa, com atrasos e parecendo que tinham a intenção de encostar alguém à parede. Por fim, disse à Presidente da Câmara que o grupo municipal do PS, o partido como órgão executivo local e os vereadores do PS nunca ficariam numa ação de coação, relativamente a qualquer proposta que viesse a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sair da Câmara Municipal e a resposta a dar seria sempre uma resposta responsável e de acordo com os seus princípios. O que ali acabara de ser apresentado pelo PSD ia totalmente contra os princípios do PS. -----

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus disse que não deviam deixar passar em claro a principal razão que ali os fez reunir e, obviamente, felicitada a bancada do PS por terem solicitado à Presidente da Câmara, que muito embora fosse de mau grado a decisão em sede do Executivo em ter mantido o ponto, para que os eleitos pudessem falar e para que a população de Portalegre também percebesse daquilo que efetivamente ali estava em causa. Contudo, ao invocarem faltas de tempo para análise do documento e dos indicadores ali presentes, parecia-lhe ser uma desculpa de mau pagador porque o grosso dos indicadores e das conclusões que eram tiradas da situação económico-financeira da Câmara Municipal de Portalegre estavam sobejamente vertidas nos orçamentos, nos relatórios de gestão e nos relatórios trimestrais que eram submetidos à apreciação e ao escrutínio daquela Assembleia, bem como exarados pelo revisor de contas. Considerou também que, mais caricato do que submeter uma decisão à deliberação da Assembleia, in extremis, com uma antecedência de três ou quatro dias úteis e após uma hora do término da reunião do executivo que acabou por indeferir a intenção de submeter o Município ao PAEL, pareceu-lhe ser uma escolha pelo caminho mais fácil. Tal caminho repousava naquilo que tinha vindo a ser a sucessão do pensamento de um clima de crispação, de conflitualidade e de não acrescentar valor e de não apontar uma estratégia e um caminho para Portalegre. Acrescentou que a política do “deita-abaixo” e do sistematicamente boicotar aquilo que tinha que ser uma solução perfeitamente incontornável no quadro que vivemos. Concordou que os sacrifícios teriam de ser feitos e convinha não esquecer que o PAEL mais não era do que o prolongamento de um acordo que o 18.º Governo Constitucional outorgou em Abril de 2011. A desculpa que o Partido Socialista ali invocou e ao acusarem o Partido Social Democrata de um discurso errático e bipolar, com falta de conteúdo, era remeter, obviamente, à orfandade aquilo que era o PAEL. Disse, inclusive, que o que ali foi dito não era linear e não existia prova evidente, nem empírica, de que efetivamente a atividade corrente e operacional do Município e da Câmara Municipal fosse beliscada pela adesão ao PAEL, nos termos em que estava vertido na lei 43/2012, assim como, também não era evidente que não permitisse devolver à economia local os 1,4 milhões de euros, mais os 3,4 milhões do endividamento, por uma maturidade de 20 anos, visando reestruturar e consolidar o balanço da Câmara. Ao se ter invocado as águas de Portugal, provavelmente teriam de ligar ao senhor que está nos Campos Elísios e perguntar-lhe onde é que estava a ver 1999 e porque é que Portalegre estava vinculada àquele acordo. Disse ainda que, quando referiu a desculpa de mau pagador, foi porque tantas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sobejas vezes, reiteradamente, tinham ali ouvido que não existia prestação de contas, nem divulgação atempada de informação, nem capacidade para a própria Assembleia desempenhar a sua missão de escrutínio do Executivo Municipal, mas aquilo que a Câmara Municipal estava a propor era a adesão a um mecanismo legal que previa, no seu artigo 10.º, um escrutínio trimestral da atividade da execução do plano de saneamento, com a chancela da Direção Geral de Finanças e da DGAL. Na sua opinião, mais transparência do que aquela, maior escrutínio e maior accountability, não poderia haver. No entanto, uma vez mais, decidiram-se pelo caminho mais fácil de não se apresentar um projeto, de não apresentar apports e de não apresentar uma ideia. Por fim, referiu que o regime sancionatório que estava previsto na lei, em relação ao putativo não cumprimento integral daquilo que estava subjacente ao PAEL e ao equilíbrio financeiro, não deixava ninguém desconfortável e o PS e a CDU não ficariam desconfortáveis se tivessem promovido tal entendimento, a bem da Cidade e do Município, porque o exercício que tinha sido feito e o caminho que os levou até ali não era um caminho de acaso, mas sim um caminho que tinha sido seguido atento às circunstâncias extraordinárias que o País vivia e que, em Portalegre, não podiam estar dissociados daquela envolvente nacional. Disse ainda que se tinham um programa de saneamento financeiro em execução, implementado em 2008, que não estava a ser cumprido na genética dos seus utilizadores, não poderiam deixar de reconhecer que nos últimos cinco anos o nível de transferências de capital e correntes que eram feitas da administração central para a administração local tinham diminuído 5,5 milhões de euros; sabiam também o que é que tinha acontecido com os IMT's com o arrefecimento do mercado imobiliário; custos correntes como a energia e o gasóleo, variáveis absolutamente exógenas à vontade de qualquer Executivo Municipal e de qualquer Governo, dos quais também sabiam o aproveitamento e a curva que tiveram nos últimos anos. Ainda assim, referiu que o Município reduziu, nos últimos dois anos, o endividamento a médio e longo prazo em 2 milhões de euros e o endividamento total financeiro e não financeiro de passivo em 1.5 milhões e, mesmo assim, conseguiu materializar, em cinco anos, 74 milhões de euros de investimento, bem como diminuir a despesa em 21%, nos últimos 12 meses homólogos. Portanto, aquilo que o PSD não podia deixar de salientar que aquela era a convicção do caminho que entenderam seguir, com sacrifícios e inclusivamente no que aos riscos dizia respeito, não existia conclusão plausível de que houvesse um agravamento significativo, ao nível das variáveis fiscais, tendo em conta aquilo que tinha sido votado no último dia 28 de Setembro, naquela Assembleia Municipal e o impacto, naquele particular, seria marginal. Referiu que, naturalmente, o PS e a CDU ao terem votado da forma que o fizeram e na posse da informação que tinham e norteados por um espírito político cuja responsabilidade, inequivocamente que lhes assiste, estavam cientes e era bom que todos os portalegrenses estivessem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

devidamente cientes que optaram pelo caminho mais fácil e embora não fosse o melhor caminho, foi a opção.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o Partido Socialista se viu confrontado, no final da última semana, com a possibilidade de a Câmara de Portalegre aceder a um instrumento de ajuda financeira, disponibilizado pelo Governo às autarquias locais. Competia ao PS fazer uma análise rigorosa sobre os factos concretos e os elementos constantes dos documentos e sobre as variáveis da sua aprovação ou da sua rejeição. Referiu também que o PS esperou longamente para ter acesso a todos os dados e a conjugação dos mesmos com a lei que determinava a aplicabilidade daquele programa só foi disponibilizada, como foi dito pelo membro Miguel Monteiro, ontem a altas horas da noite. Reconheciam, desde logo, o esforço empreendido pelos funcionários do Município, mas não podiam deixar de censurar a forma atabalhoada, apressada e incongruente com que o poder político viu aquela possibilidade e aquela miríade. Disse ter tido a oportunidade de indagar junto de outros Municípios que recorreram e propuseram a aplicabilidade daquele programa e as pessoas daqueles Municípios que tinham trabalhado na construção da arquitectura financeira disseram-lhe que demorou entre três semanas a um mês para ser feito. No entanto, em Portalegre, a coisa tinha sido tão rápida e tão mal feita que demorou só oito dias, não por culpa dos técnicos, porque foram esforçados e, mais do que, tudo forçados, pois a Presidente tinha colocado o corpo técnico da Câmara perante a necessidade de apresentar, em tempo útil, uma proposta minimamente razoável. O PS aguardou, obteve os documentos e, por incrível que pareça, perante todos os dados que lhes foram enviados a Presidente da Câmara não cumpriu um único objectivo; e o primeiro e mais necessário ficou por cumprir. Acrescentou que não era nem o PS, nem outro partido da oposição que tinham que procurar desculpas ou justificações para aprovar um plano daquela dimensão. A Presidente da Câmara tinha obrigação de os convencer da bondade do documento apresentado, no entanto, não tinha passado nos testes mínimos e ficou muito aquém no que foi feito, em tudo o que foi dito e não chegava. Mais referiu que um documento daquele género obrigava, pelo menos, a um pacto de regime, que envolvesse não só o partido que estava no poder, mas também o maior partido da oposição e, se possível, os restantes partidos. Contudo, os Vereadores não tinham sido consultados, os membros daquela Assembleia também não e o processo foi-se desenvolvendo até altas horas da noite, com a Presidente da Câmara, sob o jugo do chicote, a fazer com que os funcionários conseguissem apresentar aquele documento. Disse ainda que a Presidente da Câmara tinha, pelo menos, a obrigação de apresentar um documento em que revelasse garantias de que o Município de Portalegre, com a aprovação do mesmo, não entrasse em incumprimento mas, contudo, tais garantias continuavam a não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

existir. A Presidente da Câmara não obteve, em tempo útil, um fator fundamental: o relatório do revisor oficial de contas; e se obteve, ainda não era conhecido. Disse ao membro João de Jesus que ninguém conheceria melhor as contas do Município, os orçamentos e os relatórios da atividade municipal do que o próprio revisor oficial de contas que, como pessoa experiente na matéria que era, também não tinha tido tempo para conhecer daquelas variáveis e implicações e, devido a tal, nem produziu o dito relatório. Perguntou ao membro João de Jesus como é que queria que os membros conhecessem, antecipadamente, todas as possíveis variáveis daquele documento? Disse ainda que a política do “bota abaixo”, pelo teor dos documentos apresentados, era aquilo que tinha sido feito pelo PSD, desde há onze anos atrás, até ali; era pois a política do construir às cegas obras que não serviram a população nem o Concelho de Portalegre. Mais disse à Presidente da Câmara que o facto de se gastar dinheiro quando não se tem, só se houvesse uma grande mobilização e perspectiva de retorno. A Presidente falou várias vezes nos meios de comunicação social e até ali naquela casa, com uma terminologia que ele considerou técnica, que era a terminologia de investimento: “A Câmara fez aquele investimento...A Câmara teve aquele gasto...”, etc. e na sua opinião a Câmara teve só gasto, porque investimento era se houvesse, pelo menos, a perspectiva de angariar. Referiu que aquela era uma Câmara gastadora, pouco investidora, que não ajudou a criar emprego para a população, que espantou os portalegrenses da sua própria Cidade e do próprio Concelho e era também uma Câmara que estava de costas voltadas a todos e, por tal facto, brevemente teria o resultado esperado. Concluiu dizendo que aquele documento não era o prolongamento da Troika, porque a Troika já cá estava há algum tempo e, no Distrito de Portalegre, não via nenhum outro Município a recorrer ao PAEL. Os Municípios de Elvas e Estremoz não recorreram ao PAEL e tinham também a austeridade imposta pela Troika. Deixou uma palavra à Presidente dizendo que aquilo que a mesma deveria ter levado com o documento em causa era, no mínimo, as propostas formuladas pela banca, relativamente à componente do empréstimo bancário, uma vez que não existiam garantias de que a própria banca viesse a emprestar e a que juros. Portanto, quando o seu colega Miguel Monteiro disse que aquele plano servia para tudo, menos para ajudar a economia local, tinha razão, pois todos os critérios que estavam definidos como instrumentos de ajuda do PAEL eram contas e rubricas das Águas do Norte Alentejano, de grandes empreiteiros não locais e empresas prestadoras de serviço ao nível estatal; tudo o resto cairia, possivelmente, no empréstimo da banca, no qual o Município não tinha garantias de vir a solucionar. Por último, quanto às Águas do Norte Alentejano e à VALNOR, disse tratarem-se de serviços básicos prestados por empresas externas à Câmara e nos quais, os munícipes de Portalegre, pagavam atempadamente quer a conta da água, quer as taxas de resíduos e o Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de Portalegre, por seu lado, não pagava às empresa que prestavam aqueles serviços, ou seja, retinham as contribuições, quer na taxa, quer no pagamento do serviço da água que os munícipes faziam com dificuldades. Relembrou à Presidente de Câmara que a mesma cometeu uma loucura ao tentar apresentar, em tempo recorde, um programa mal feito e inacabado e que não devia ter ameaçado, anteriormente, a oposição ao ter dito que se deviam por finos senão recorria ao resgate e depois, quem viesse a governar, ficariam a pão e água, porque não tinha sequer competência para comprar rolos de papel higiénico. A Presidente da Câmara disse variadíssimas vezes aquilo e muitas testemunhas o poderiam confirmar. Portanto, a Presidente da Câmara tinha, sobretudo, uma concepção errada quanto ao percurso, que não era ziguezagueante, era para o abismo, adiante e em força. Mais disse que a Presidente deveria conhecer melhor uma lenda de Alter do chão, que eram “Os doze melhores de Alter”, homens bons, que pugnaram pela defesa dos direitos fundamentais das pessoas de Alter. Em Portalegre, tudo tinha calhado, menos dois dos doze melhores e, portanto, atreveu-se a dizer à Presidente: “Para Alter e em força!” porque, para Alter era perto e, graças ao governo do PS, até era bom caminho. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que, sobre aquela matéria, era conhecida a posição da CDU, manifestada naquela manhã na reunião de Câmara, através do voto contra a adesão ao PAEL. Importava clarificar que aquele voto contra da CDU não esteve amarrado a qualquer justificativo de natureza formal. Naturalmente que lamentavam que o documento tivesse chegado em cima da hora das reuniões e em cima da hora da discussão, sem o necessário tempo para a sua análise, amadurecimento e debate. Contudo, tal facto estava longe de ser a razão da rejeição daquele documento. Era pois uma razão de conteúdo profundo e uma razão política. Acrescentou que o voto da CDU, naquela matéria, não esteve dependente de qualquer putativo pacto de regime, nem de qualquer putativo tempo de negociação entre quem geria os destinos da câmara Municipal, porque tinha maioria legitimamente adquirida pelo direito democrático para tal, com os Vereadores da oposição que integravam também os órgãos autárquicos legitimados pelo voto popular democrático. Disse que não pretendiam, de todo, qualquer pacto de regime sobre aquela matéria, porque o pacto de regime enquadrador do PAEL que ali estavam a discutir, decorria de um outro pacto de regime, que era o pacto da Troika, que, como todos sabiam, foi assinado, com o tempo necessário e suficiente, pelo PSD, pelo PS e pelo CDS/PP, juntamente com o Governo Português, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Foi, pois, aquele pacto de regime que fez com que o País estivesse na situação em que estava e que também aquela situação se refletisse na Câmara Municipal de Portalegre, nas estratégias e nas opções de gestão da mesma e, sobretudo, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dia-a-dia dos cidadãos de Portalegre, de todos os Concelhos do País e daqueles que ainda vão conseguindo manter o seu emprego, porque aquele pacto de regime também se reflectia no dia-a-dia da vida dos cada vez mais desempregados que vivem no nosso País e que vivem no Município de Portalegre. Portanto, era contra aquele tipo de pactos de regime que a CDU estava, claramente e tinha também uma posição que não concordava com os conteúdos propostos. Mais disse que era importante não perder de vista tais conteúdos, pois as medidas do PAEL, em síntese, passavam pela fixação das taxas máximas previstas na lei, ao nível do IMI, da derrama, da participação no IRS, bem como pela maximização dos preços cobrados, que a Câmara Municipal cobra aos munícipes do Concelho de Portalegre; também ao nível do saneamento, dos resíduos sólidos urbanos, dos bens e serviços que a Câmara presta aos cidadãos, porque tem a obrigação de cumprir o serviço público, pois era para isso que existia. Acrescentou que o PAEL também passava por medidas de aumentos das taxas e licenças, da redução das isenções sociais e da intensificação e reforço de cobrança daquelas taxas e licenças; nomeadamente, passava também pela venda de património, como o exemplo do próprio País estar a ser vendido ao desbarato, fruto do pacto com a Troika, logo o PAEL viria introduzir aquela mesma lógica na gestão da Câmara Municipal de Portalegre. Mais referiu que o que não fosse possível vender, arrendar ou concessionar seria para fechar, como por exemplo: a Piscina do Reguengo, a Piscina de Alegrete, bem como alguns equipamentos públicos de que se deviam orgulhar e rentabilizar, mas que o PAEL, se não os conseguisse vender, encerraria, pois era uma das medidas propostas. Quanto ao nível da redução de pessoal, relevou a dificuldade de vida actual de milhares e milhares de pessoas e do aumento do desemprego, porque o PAEL passaria também por medidas ao nível da redução de pessoal e, desde logo, os cinco sapadores, conforme estava escrito no programa; mas também a não substituição das reformas, estando identificadas cerca de meia centena de reformas nos próximos anos; a redução e contenção das horas extraordinárias em mais de 50%; a redução das ajudas de custo, a que os trabalhadores tinham naturalmente direito, por força do cumprimento da lei; fala também do fim de um corte radical ao nível dos benefícios nos transportes, quer para as Juntas de Freguesia, quer para os estudantes ou para os idosos. Mencionou inclusive o corte nas Associações e colectividades que eram o pulsar da sociedade civil. Portanto, aquele PAEL pouco ou nada trazia para incentivar e incrementar a economia local e alterar o estado de coisas graves que se viviam actualmente, bastando para tal ver que do milhão e quatrocentos mil euros, previstos como ajuda financeira ao Município, foram os mesmos distribuídos da seguinte forma: 700.000,00 € para as Águas do Norte Alentejano; 400.000,00 € para a ADSE; quase outro tanto para a Valnor e Centrejo, não havendo um tostão previsto para as Juntas de Freguesia, para as Associações ou para incremento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da economia local. Em conclusão, aquilo que o PAEL vinha trazer, para dentro da gestão do Município, era o que a Troika trouxe ao País, relembrando que a Troika não era uma unidade abstrata, mas sim um pacto de regime assinado pelo Governo, com três partidos democráticos (PS, PSD e CDS/PP) e mais as entidades que regulam o Mundo: a União Europeia, o FMI e o BCE. Na sua opinião, não era daquilo que precisavam, nem o que Portalegre precisava e, em última análise, aquilo que o PAEL ali informava era o empréstimo daquele referido montante, para que a Câmara pagasse as suas dívidas ao setor empresarial do Estado, ou melhor, o Estado entregava o dinheiro, impunha as medidas, a Câmara pagava as dívidas acumuladas ao próprio Estado e, provavelmente, olhando para os objectivos da Troika, o mesmo fortificaria a posição daquelas empresas públicas para melhor as poder depois disponibilizar no mercado das privatizações. Aquele PAEL não nasceu de geração espontânea, mas sim num pacto de regime extremamente gravoso para o País. Se assim não fosse, a Câmara Municipal de Portalegre poderia continuar o caminho, iniciado em 2008, de saneamento financeiro, aprovado naquela altura mas cujos critérios foram alterados em 2012 pelos critérios da Troika, plasmados nas regras do orçamento de Estado, o qual foi também viabilizado na Assembleia da República, pelos mesmos partidos que subscreveram a Troika. Era por tal motivo que a Troika chegava a Portalegre, na gestão municipal, até porque na macrogestão já tinha chegado há muito tempo e eram aquelas as dificuldades que as pessoas viviam e sentiam, as mesmas que a CDU queria alterar. A CDU, por tudo o que foi anteriormente referido, não validava aquele pacto de mais ou de menos regime. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que o Partido Socialista e os seus Vereadores chumbaram aquele Plano, não por qualquer questão formal, nem por qualquer dogma, relativamente a quaisquer possíveis pactos de regime que pudessem existir. Disse saberem que, em Portalegre, a existir qualquer pacto de regime nos últimos tempos, teria sempre passado pelo PSD e pela CDU, mas não certamente pelo PS. Achou curioso que a CDU, ao ter feito ali um pouco de história se tenha esquecido duma espécie de pacto de regime, constituído em 2001, em que o Vereador da altura, Luís Pargana, e também membro da Assembleia Municipal, teve algumas responsabilidades a assumir. Contudo, ali não houve qualquer problema para que se assumisse um pacto de regime entre o PSD e a CDU, no Município de Portalegre. Quanto ao que foi dito pela bancada do PSD, pareceu-lhe ter havido um problema de vocabulário, uma vez que o PS não praticava nenhuma política de bota-abaixo; O PSD é que queria praticar uma política da rolha, perante o PS, porque desde há muitos anos que o PS manifestava oposição à forma vergonhosa como foi governada a Câmara nos últimos anos, pois estiveram surdos, mudos e calados, relativamente ao descalabro que conduziu àquela situação atual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que ali não havia nenhuma Troika, mas sim uma liderança bicéfala que teve uma primeira cabeça chamada Mata Cáceres e que tinha a sua continuidade na Adelaide Teixeira e portanto, se agora tinham aqueles constrangimentos não era por causa de Troika nenhuma mas por causa das suas lideranças e não poderiam agora refugiar-se nos 5.5 milhões de transferências que não receberam, porque chegaram a uma dívida de cinquenta e tal milhões de euros naquela Câmara. Recordou à Presidente da Câmara que, relativamente ao discurso que muitas vezes tinha feito naquela Assembleia Municipal de que tudo estaria a correr bem, só no primeiro quadro da página 6 ultrapassava o limite de endividamento a médio e longo prazo em 13 milhões de euros, com o prazo médio de pagamento de 204 dias; não cumpriu com a redução dos limites do endividamento; e também não cumpriu com a redução dos limites do endividamento a médio e longo prazo. Era aquela portanto a situação da Câmara, provocada pelo PSD e não havia ali mais ninguém responsável por tal facto. Por último, perguntou quem é que tinha utilizado o lápis azul, na noite passada, para apagar do esboço do relatório de atividades a referência que indicava: a austeridade provocada pelo Governo era uma austeridade aplicada de forma cega e insensível? Quem é que era o dono do lápis azul na Câmara Municipal de Portalegre? -----

O membro Luís Testa colocou um ponto de ordem à Mesa, dizendo que foram distribuídos documentos, em plenário daquela Assembleia Municipal, ao órgão Câmara Municipal e à bancada do PSD, os quais foram entregues pelos serviços do Município. No entanto, as restantes bancadas, em plenário, têm acesso aos documentos, era um disposto regimental. -----

O membro Miguel Arriaga também colocou um ponto de ordem à Mesa e disse ao membro Luís Testa que a sua bancada não tinha que dar quaisquer justificações de folhas ali recebidas. As coisas tinham de ser postas noutra nível e a falta de educação ficava por ali. -----

A Presidente da Câmara disse não ter em sua posse o documento em causa.

Solicitando o direito de resposta, Luís Testa disse ter sido ali acusado de falta de educação. Quem o conhecia, sabia que por vezes era um bocado duro no debate político e admitiu que por vezes até poderia ultrapassar a marca. Ao ter pedido vista a documentos que foram ali distribuídos, foi acusado de falta de educação por querer ver os documentos? Posto aquilo, tinha toda a legitimidade para pensar que existia acesso privilegiado a informação, dentro daquela casa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa informou que num ponto daqueles, em que nem sequer havia direito a votação, as pessoas podiam, naturalmente, trocar documentos. Quanto à questão da educação, respeito e dignidade que aquela casa tinha, deveria ficar vincado que as pessoas sabiam e faziam os juízos de valor respetivos. Relembrou aos presentes que a Assembleia Municipal se deveria pautar por razões de bom senso e de dignificação da casa e das pessoas. Portanto, não deveriam ser feitas certas insinuações entre os membros. -----

O membro Luís Pargana pediu para usar o direito de resposta aos argumentos que o eleito do PS, Miguel Monteiro, tinha utilizado, quando recordou ali o tempo de mandato em que ele próprio foi Vereador em regime de permanência, eleito pela CDU na câmara municipal de Portalegre. Perante tal, referiu que era natural que o tivesse recordado porque, naturalmente, muitos e muitos portalegrenses recordavam os mandatos da Câmara Municipal, que puderam contar com a participação e o contributo de eleitos da CDU, bem como recordavam, com saudade e com reconhecimento, os mandatos presididos por Fernando Soares e em que Joaquim Miranda foi Vereador; por Rui Simplício e em que Casimiro Menezes foi Vereador; por João Transmontano e em que Adriano Capote foi Vereador e também o primeiro mandato do Mata Cáceres em que ele próprio teve a honra de ser o Vereador eleito pela CDU. Mais disse que aquela foi a marca de distinção da CDU no poder local, ou melhor, não embarcar em pactos de regime por interesses diferentes dos que eram os da população que elegia os seus representantes. Relevou o facto de que os eleitos da CDU trabalhavam para as populações, para o progresso e para o desenvolvimento do Concelho de Portalegre; sempre assim o fizeram e sempre o iriam continuar a fazer, pois era aquela a marca que os distinguiu dos outros pactos de regime porque ansiavam aqueles que viviam apenas para exercer o poder. Portanto, seria natural que o eleito do PS, Miguel Monteiro, tivesse feito aquela alusão, talvez toldada pela abstinência de quase 12 anos do PS do poder, no Concelho de Portalegre. Por último, disse ao membro Miguel Monteiro que a Troika existia e que os portugueses sabiam que existia pois sentiam-na todos os dias nas suas vidas. Perante tal, afirmou que nunca contariam com a CDU para aqueles pactos de regime. O PS estava disponível para os mesmos, tanto que os tinha assinado, mas com a CDU não iriam contar nem para Troikas nacionais, nem internacionais, nem para PAEL's locais no Município de Portalegre. -----

No uso da palavra, Luís Testa quis frisar uma questão. Parte do plano de apoio à economia local já estava em andamento no Município e no Concelho de Portalegre e aquela parte má que determinou o encerramento de serviços, o encerramento de equipamentos, o abandono de espaços municipais e o decréscimo de apoio às Juntas de Freguesias e às Associações locais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que naquela parte má, que já estava em andamento, existia um aval da CDU. Pois, àquele aval ao qual poderiam chamar pacto de regime tinha sido dado orçamento após orçamento, que determinou o ónus para a população de Portalegre e que a CDU não tinha pejo nenhum em votar favoravelmente. Relativamente à dívida da ADSE, disse à Presidente de Câmara que, para quem tinha a ambição de gerir aquele Município como se geria uma empresa, se aquele caso tivesse sido numa empresa seria um crime de abuso fiscal, porque eram proibidas as contribuições àquele tipo de fundos.

No uso do direito de resposta, Luís Pargana disse que o que ali foi anteriormente não correspondia à verdade, porque provavelmente o eleito do PS, Luís Testa, estaria a fazer alusão à viabilização do orçamento municipal que a CDU tinha feito no final do ano passado, numa situação de grande debilidade financeira, em que o orçamento era um instrumento de gestão por parte do Executivo Municipal, para conseguirem equilibrar a sua gestão. Chamou a atenção de que a CDU não queria as Câmaras paradas pois as mesmas não servem para estarem travadas por lógicas eleitoralistas da oposição. A CDU tinha uma atitude construtiva e positiva no poder local e nas autarquias e colaboraria sempre nas medidas que melhor servissem as populações, estando sempre disponível para trabalhar em prol do progresso e do desenvolvimento do Concelho. Terminou, referindo que a CDU não estaria disponível para lançar a confusão entre aquilo que era a gestão dos equipamentos e do território e aquilo que eram as dificuldades que as pessoas viviam, o aumento do desemprego e a transferência de verbas para pagar políticas que eram impostas pelo Banco Central Europeu e pelos mercados e que estavam inclusivamente plasmadas na Troika, de que aquele PAEL era a expressão local e municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse ao membro Luís Pargana que o problema seria mesmo uma diferença de perspetiva porque a alternativa da CDU a um mau orçamento era não haver nenhum orçamento, por outro lado, a alternativa do PS a um mau orçamento seria um bom orçamento. Mais referiu que o PS estava disponível e queria contribuir para se alcançar um bom orçamento para o Concelho e para o Município. Contudo, a CDU, fechou o acordo, num pacto de regime, com um orçamento fraco, mas que acharam preferível a não ter havido nenhum. -----

3 – Fundação Robinson;

- Deliberação de 2012.10.01 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente proposta da Presidente da Câmara municipal de Portalegre de 26 de Setembro de 2012, para a manutenção da Fundação Robinson, no seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de Setembro. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não apreciar a proposta da Presidente da Câmara e remeter à Assembleia Municipal a deliberação n.º 1158, de 06 de agosto de 2012. -----

Usando da palavra, Miguel Monteiro disse ter algumas dúvidas se teriam ali alguma coisa para discutir porque, segundo lhe parecia, nada de substantivo tinha sido deliberado na reunião de Câmara, de dia 01 de outubro, conforme consulta que fez às atas da Câmara. Verificou que o executivo camarário já se tinha pronunciado acerca daquele assunto, numa reunião ocorrida no início do mês de agosto, e aquele documento estava ali presente de uma forma tanto ou quanto estranha. Referiu que o assunto em causa era uma eterna problemática e, por estranho que parecesse, também entroncava naquela proposta do PAEL que foi apresentada, porque numa rubrica que estava na página 61, que dizia respeito às parcerias público- privadas, a Câmara tinha sido muito específica quanto ao horizonte temporal previsto para a possível dissolução da empresa do Mercado Municipal. Estava ali, inclusivamente, um calendário de pagamentos estabelecido para aquela empresa municipal. Quanto à Fundação Robinson, na qual tantos escudeiros tinham aparecido para justificar algumas coisas perfeitamente injustificáveis, que se traduziam na falta de números que a mesma apresentou, considerou estranho o facto de que, no ponto B da página 61, não houvesse uma referência a sequer um cêntimo relacionado com aquela mesma Fundação. Acrescentou que tão específicos que eram com cortes em equipamentos desportivos e até mesmo com cêntimos que iam poupar com o encerramento das piscinas de Alegrete e do Reguengo, com o agravamento dos passes sociais, das rendas sociais, etc., mas com a Fundação Robinson nada (0.0). Perguntou à Presidente da Câmara se estava a ver a razão pela qual o Partido Socialista tinha tido, ao longo dos anos, tantas reservas relativamente às relações entre a Fundação Robinson e a Câmara Municipal, pois ali estava, uma vez mais, a prova que os levava a demarcarem-se da forma de funcionamento e de gestão da Fundação. Por fim, disse que se a quisessem viabilizar, que o fizessem, no entanto teriam a abstenção do PS e poderiam governar a mesma como quisessem, assim como tinham feito até então, mas não contavam com o PS para aquele peditório, a não ser que houvesse uma radical inversão de rumo na gestão daquela instituição. -----

No uso da palavra, Luís Testa quis fazer uma interpolação à mesa para saber as razões pelas quais a Mesa tinha estado a funcionar, praticamente até ao fim daquela sessão, desprovida de um dos elementos? Embora tivesse quórum, disse ter tido a expectativa que o restante elemento da mesma tivesse chegado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a tempo de ocupar o seu lugar. Conforme imperativo regimental, se houvesse a falta de um dos Membros da Mesa, deveria ter sido substituído por outro Membro da Assembleia Municipal. Acrescentou que tal facto demonstrava a forma como aquela casa estava a ser gerida: “coxa”. -----

O Presidente da Mesa disse ao Membro Luís Testa que, conforme deveria saber, aquela Mesa podia funcionar com duas pessoas, desde que houvesse quórum. Informou que o outro elemento tinha faltado, mas estava no seu direito e, obviamente, não lhe tinha perguntado porque faltou, assim como não o fazia relativamente a qualquer outro dos Membros daquela Assembleia. Mais informou que o elemento que faltou fez-se substituir, o que não queria dizer que quisesse estar ali na Mesa. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que, sobre as questões da Fundação Robinson, para além do que já tinha sido deliberado em Executivo Municipal, se levantava uma interrogação. Ao ter lido o documento da exposição que foi feita por parte do Executivo Municipal ao Governo, sobre aquela questão, ficou a falta de resposta do Governo, em relação às perguntas levantadas. Referiu que, no documento em causa, era afirmado que, da exposição feita não tinha havido resposta, além do facto de que três secretários de Estado estariam a acompanhar a questão. Portanto, uma interrogação se impunha: Que tipo de acompanhamento era aquele, que não tinha sequer uma vírgula para responder ao Município de Portalegre e como é que se podia deliberar sobre uma falta de resposta daquela natureza. Perante tanta falta de respeito e perante tanta imposição por parte do poder central, naquelas questões da Troika, já era sobejamente cansativo para todos esperarem por respostas que não chegavam e serem forçados a responder, em tempo recorde, violando regras, princípios e sistemas de funcionamento, que todos já tinham discutido e aprovado, mas que eram forçados a violá-los. Assim como acontecia ali, porque receberam os documentos para apreciação na noite anterior, para uma reunião naquele dia e também porque os Membros do executivo municipal tiveram a mesma situação numa reunião, naquela mesma manhã. Considerou que aquilo era uma violação clara das regras de funcionamento mas, no entanto, o poder central arrojava-se no poder de não dar qualquer resposta, nem informar claramente para dizerem, de uma vez por todas, o que é que pretendiam. Disse ainda que não bastava dizer que o Município de Portalegre, em concreto, tinha poder de decisão sobre a manutenção, ou não, da Fundação Robinson. Por último disse que, da parte da CDU, reafirmavam a posição de defesa da manutenção do funcionamento da Fundação, enquanto entidade que tinha sido criada para um conjunto de objetivos e, aqueles mesmos objetivos primeiros da sua criação mantinham-se, segunda a sua ótica, perfeitamente atuais. Entendiam, pois, que aquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

espaço, mesmo o que já estava construído e requalificado, precisava de ser povoado, porque se falava muito dos moradores daquele espaço e na atribuição de vida ao mesmo, mas para tal não bastava estarem lá as paredes, nem os equipamentos, mas sim gente que trabalhasse, como os portalegrenses sabiam fazer e principalmente as Associações que já estavam à espera de se deslocarem para lá, mas que dificilmente o conseguiriam fazer com toda aquela indefinição. Portanto, voltou a frisar que ficava a interrogação e não podia deixar de a levantar: como era possível haver três secretários de estado a acompanhar a questão e não terem qualquer resposta às questões levantadas pelo Município de Portalegre? Referiu que também valia a pena que os eleitos, que como tinha sido dito ali, representavam a população de Portalegre, e, no caso concreto, estavam também em representação daqueles que virão a ser os moradores do espaço Robinson se, eventualmente, se mantiver de pé ao longo dos anos, porque se os espaços como aquele não fossem conservados, normalmente, caíam. Esperava que tal não chegasse a acontecer, pela valia do projeto em si e do que já estava construído, e para bem do desenvolvimento de Portalegre. Por fim, disse que todos tinham a obrigação de reivindicar do poder central a decisão justa sobre aquela questão, para que Portalegre pudesse, no mínimo, ter alguma luz de progresso e desenvolvimento no horizonte, já que tudo o resto tinha um horizonte tão cinzento. Desejou também que deixassem uma luz ao fundo do túnel para as Associações que eram uma parte das forças vivas da terra e que pudessem ser tratadas com alguma dignidade e para que pudessem povoar o espaço em causa, que seria bem merecido, de modo a continuarem a contribuir com o seu esforço e saberes voluntários dedicados e abnegados e para serem reconhecidas com a dignidade que mereciam. Na sua opinião, todos os eleitos deveriam ter a capacidade de reivindicar uma resposta rápida do Governo e a contento daquilo que eram os objetivos de desenvolvimento que aquele espaço poderia promover à Cidade e ao Concelho. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, a seu ver, tinham havido ali defensores que, efetivamente, excederam o limite do razoável em torno daquela questão e, embora tivessem direito a fazê-lo, aconselhou a Presidente da Câmara para que na próxima vez que desse uma entrevista, e quisesse pugnar pela defesa da Fundação, para não dizer somente que a Fundação tinha um site espetacular e um facebook, porque aquilo era muito pouco para servir de justificação. Afinal, onde estavam os argumentos tão pesados de que falava? Resumia-se àquilo? Portanto, da próxima vez que a Presidente quisesse vestir o traje de detective privado para perseguir funcionários da limpeza no Bairro dos Assentos, à noite, para ver se trabalhavam bem ou mal, deveria dedicar sim algum daquele tempo a ir ao espaço Robinson ver se o espaço tinha algum tipo de dignidade para as pessoas que lá se deslocavam e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se alguém fazia algum trabalho de preservação daquilo que lá se tinha construído.-----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Arriaga referiu que alguns tipos de comentários anteriores foram feitos num tom irónico e, na sua opinião, seriam perfeitamente dispensáveis. Disse, inclusive, que os Portalegrenses agradeciam mais trabalho e dedicação e não o boicote permanente a certas iniciativas que se tinham feito. Acrescentou que a Presidente da Câmara e o seu Executivo estavam de parabéns por tudo o que tinham feito pela Cidade e não seria preciso falarem sobre a redução substancial da dívida, mas sim focarem-se na questão da Fundação Robinson. Aliás, como já tinha sido dito pelo Partido Comunista, a Fundação tinha um papel que poderia ser importante para a Cidade de Portalegre. Disse ainda que o PS tudo tinha feito para boicotar qualquer iniciativa que a Autarquia tivesse para promover o desenvolvimento na Cidade. Efetivamente a situação estava difícil e complicada, mas era importante que as pessoas soubessem que algumas medidas que irão advir das iniciativas tomadas e daquelas não aprovações feitas e da vontade que alguns tinham em destruir a Fundação Robinson, hão-de ter as suas consequências e os Portalegrenses irão ter memória daquele tipo de situações e das votações feitas no PS, a pensar nas eleições de 2013 e não a pensar na Cidade de Portalegre.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, por vezes, o debate político ali na Assembleia Municipal roçava uma ironia deslavada e descabida. Relativamente às medidas que a Câmara Municipal e o PSD, nas palavras do membro Miguel Arriaga, estavam de parabéns, pela tentativa da sua implementação, disse que não bastaria apenas ter aquele discurso mas sim mencionar quais as medidas concretas. Além de que também deveria ter dito quais as medidas tão boas e tão benéficas da Presidente da Câmara que o PS boicotava e que impedia de serem praticadas? Realçou o facto de que o PS tinha uma postura de imposição séria e contundente mas construtiva e a Presidente de Câmara não podia negar o labor que tinha vindo a ser desenvolvido pelos Vereadores do PS, nem dizer para o ar que o PS boicotava as medidas tão interessantes e profícuas. Queria, portanto, saber quais eram aquelas medidas boicotadas, as quais seriam tão preponderantes para o desenvolvimento local e que não foram feitas? Relativamente à Fundação Robinson, o PS tinha sido ali acusado de a ter destruído. No entanto, o Governo é que tinha publicado uma portaria, promoveu os censos às Fundações e a Fundação Robinson e o Município, sem terem consultado o PS, responderam ao mesmo; o Governo do PSD fez a avaliação que resultou numa proposta de extinção. Perante tais factos, era o PS que queria destruir a Fundação Robinson? Referiu ainda que o Partido Socialista já tinha percebido que, afinal de contas, o nível da condução dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

destinos da Fundação Robinson causaram nela própria a destruição da Fundação, porque era impossível gerir autonomamente aquele património com as mesmas fórmulas que tinham levado ao desastre de tanta coisa na Cidade de Portalegre, como era exemplo: o endividamento junto da banca; concurso a empreitadas todas caídas do céu; construção em catadupa, etc. Acrescentou que a Presidente da Câmara ao ter dito que a Fundação não devia dinheiro a ninguém, tal não se verificava porque sabia-se da existência de um empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos, que estava por amortizar. Solicitou que fosse ali revelada a fórmula de amortização daquele mesmo empréstimo? Mais disse se não seria razoável, conhecendo as dívidas e a necessidade de, na perspectiva da Câmara, injetar mais dinheiro para salvar aquele património móvel e para não o deixar transcorrer para outras pessoas jurídicas, aquele documento do plano de ajustamento financeiro conter um plano sério sobre o saneamento financeiro da Fundação Robinson? Deu o exemplo seguinte: quando uma locomotiva estava avariada, era mais fácil repará-la quando parasse, do que em movimento. Contudo, a Presidente da Câmara já tinha perdido várias oportunidades de reparar a locomotiva e, daquele modo, a locomotiva iria descarrilar. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Arriaga disse que achava piada ao facto do PS se preocupar tanto com a Fundação Robinson, quando foram os próprios a sair do Conselho de Administração da mesma. Portanto, se queriam acesso à informação deveriam ter lá permanecido e ter trabalhado naquele sentido. Existi ainda uma questão importante, pois havia algo que os diferenciava do Partido Socialista: o PSD, tanto no caso da Fundação, como nas questões do Município, não andavam a reboque nem do Governo, nem do Partido, mas sim dos interesses da Cidade de Portalegre e, tal atitude, fazia muito a diferença quanto àquilo que os do PS ali andavam a fazer.-----

No uso da palavra, Miguel Monteiro perguntou ao Membro Miguel Arriaga quem é que tinha boicotado a indicação da sua pessoa para o Conselho de Administração da Fundação Robinson, onde nunca chegou a tomar posse e que, entretanto, ficou sem quórum? Não tinha sido o PS. Aquela era também outra história que faltava explicar.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, realmente, a linha que separava a ironia da competência política era uma linha muito ténue. No seu entender, o Membro Miguel Arriaga, porventura o único que esbracejava perante a incompetência generalizada do PSD local, insistia em não responder à pergunta que lhe tinha feito, sobre quais eram as medidas tão benéficas para o Concelho, para a Cidade e para os Portalegrenses, que o PS boicotou e que não deixou a Câmara fazer?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa perguntou se mais alguém desejava usar da palavra, caso contrário passariam à votação da manutenção da Fundação Robinson. –

O Membro Luís Testa colocou um ponto de ordem à Mesa e, com o devido respeito, disse que aquilo era mais da mesma incompetência, porque a Fundação Robinson era uma Fundação que já existia e só o Município de Portalegre é que tinha competência para a extinguir e ali, aquela Assembleia Municipal, ia decidir mantê-la. O facto de a manter, era algo que já existia e se a Assembleia tivesse que deliberar alguma coisa seria a extinção da mesma, o que significaria a alteração do quadro existente. Portanto, admirou-se bastante de como é que a Câmara levou ali a manutenção de uma coisa que existia? Reafirmou que aquela Assembleia Municipal não tinha competência para decidir, naqueles termos e o ato em si seria inútil. Acrescentou que a Presidente da Câmara produzia, sistematicamente, atos inúteis. No entanto, não era correto confrontar os Membros da Assembleia com um ato absurdo e inútil era algo com o qual não podia compactuar.-----

O Presidente da Mesa chamou a atenção ao Membro Luís Testa para que lesse o texto da própria minuta do Executivo para confirmar o que se propunha. Informou que se não quisessem votar, seria problema político do PS. Mais lembrou de que quem tinha criado a Fundação tinha sido a Assembleia Municipal, portanto era quem podia pronuncia-se sobre a manutenção da mesma. Obviamente que se quisessem votar pela não manutenção da Fundação, significaria a sua extinção. Por último, solicitou aos intervenientes que ordenassem as sua ideias sobre a questão em análise. -----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa referiu que a deliberação apenas dizia que: “A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não apreciar a proposta da Presidente e remeter à Assembleia Municipal.” Portanto, o que foi remetido à Assembleia era uma deliberação que nem sequer tinha sido apreciada. Naquele caso, a função da Assembleia Municipal era tomar conhecimento da mesma. Lembrou aos presentes que já tinha sido apresentada, a 06 de agosto último, que nem ali estava mas que foi votada e não tinha sido remetida àquela Assembleia. Na sua opinião, o que ali estava era uma inutilidade absurda e suspeitava que o Presidente da Mesa pretendia ali era transformar uma apreciação inexistente do órgão Câmara Municipal numa Moção de confiança à Fundação.-----

O Presidente da Mesa afirmou que não era aquela a sua intenção e disse que a Assembleia Municipal nunca tinha tomado posição sobre aquilo e a deliberação de agosto também ali estava vertida na ata da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal. Mantinha assim a votação sobre a manutenção da Fundação Robinson. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse que, como não era jurista, não tinha por hábito intrometer-se em discussões de natureza jurídica. Contudo, enquanto Membro daquela Assembleia, partia do princípio de que quando um assunto ali era presente, teria de estar devidamente preparado pelos técnicos juristas do Município, se fosse o caso, e os Membros da Assembleia Municipal tinham de se pronunciar, politicamente, e deliberar. A deliberação em causa dizia que, efetivamente, o assunto agendado para a sessão daquele dia não foi discutido pelo Executivo porque já tinha sido deliberado, em 06 de agosto. Poderia e deveria ter ido à Assembleia Municipal de setembro, mas assim não aconteceu. Portanto, uma vez que não foi na de setembro, só agora na sessão extraordinária se poderia deliberar sobre o assunto, em cumprimento da deliberação de Câmara. Disse ainda que, uma coisa era não dar jeito, politicamente, discutir um determinado assunto e deliberar sobre o mesmo, mas visto estar na ordem do dia e estando a Assembleia reunida, um assunto tão importante como era aquele, mas que o Governo propunha a sua extinção, o órgão deliberativo do Município deveria pronunciar-se e deveria fazê-lo, ou concordando com o Governo e dando o aval à extinção da Fundação, ou discordando do Governo e dizer não. Na sua opinião, aquele assunto deveria ser posto à votação. -----

O Presidente da Mesa informou que iriam passar à votação da manutenção, ou não, da Fundação. Se a Assembleia votasse pela não manutenção, obviamente, que significaria a extinção da mesma. -----

No uso da palavra, Luís Testa lembrou que o que estava no ponto da ordem de trabalhos daquele dia não era a deliberação de 06 de agosto, mas sim a deliberação de 01 de outubro. -----

O Presidente da Mesa disse que a deliberação de 01 de outubro englobava a de 06 de agosto. Estava junta aos documentos, conforme podiam verificar pela leitura da minuta. Quem não concordasse, bastaria votar contra. -----

O membro Luís Pargana colocou um ponto de ordem, invocando a sua qualidade profissional de professor, dizendo que o que estava escrito na deliberação em causa era, efetivamente, língua portuguesa e ao não apreciarem a proposta da Presidente de Câmara, daquele mesmo dia, foi remetida a deliberação do dia 06 de agosto para ali ser discutida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa, em resposta ao professor Pargana disse que, o órgão Câmara Municipal tinha a possibilidade de remeter àquela Assembleia os documentos e as deliberações para duas finalidades: ou para conhecimento ou para deliberação. Contudo, naquele texto não estava especificado se era para uma coisa, se era para outra. Na sua opinião, por vezes a realidade e a razão eram difíceis de ouvir. Por último, disse que a deliberação estava prejudicada porque a própria realidade impunha que aquela Assembleia votasse a favor da manutenção da Fundação porque a proposta da extinção teria de ter sido feita e votada no órgão Câmara Municipal e, posteriormente, ser ali apresentada para que o órgão Assembleia Municipal a retificasse, ou não. Portanto, tinham ali um grave erro jurídico, o qual conduzia à nulidade de qualquer apreciação que levasse à extinção da Fundação Robinson. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 10 abstenções e 19 votos a favor, aprovar a manutenção da Fundação Robinson.-----

Declaração de voto – (Luís Testa – PS)

Antes de mais, discordamos da metodologia da trazida deste ponto a esta reunião e entendemos que a Assembleia Municipal não tem competência para se pronunciar sobre aquilo que é uma mera tomada de conhecimento, uma vez que a proposta enunciada pela Câmara Municipal não altera a realidade existente e a realidade existente é a manutenção da Fundação Robinson e depois pelo seguinte: porque ninguém nesta casa está em condições de votar, com seriedade, este ponto. Primeiro porque, de acordo com os documentos que hoje aqui lemos, não existe a articulação necessária, do ponto de vista financeiro dos instrumentos, para investir na Fundação Robinson, nem sequer para a manter; em segundo lugar, porque o mérito do projeto está, desde já, prejudicado, porque a Câmara Municipal tem a obrigação de nomear administradores e não nomeia; porque a Câmara Municipal tem a obrigação de cumprir cabalmente as suas funções e não cumpre; e porque a Fundação Robinson tem o dever de esclarecer o Município de Portalegre e o Órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal e nunca o fez. O Partido Socialista está a favor e empenhado na construção do projeto Fundação Robinson. Esteve sempre contra a metodologia, contra o desvario e contra o aumento da dívida e do deficit, em função deste suposto objectivo. A Fundação Robinson não tem cumprido os seus objetivos e aqueles que tem cumprido têm sido mal divulgados. A Fundação Robinson tem voltado as costas aos portalegrenses e os portalegrenses não conhecem o seu trabalho e mais: aquele trabalho que não existe, ainda pior, porque deveria existir. Porque aquilo que tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

investido, ao longo dos últimos anos, pela Fundação Robinson obrigava a que esta Câmara se comportasse, perante esta Assembleia Municipal e perante a Cidade de Portalegre, de uma outra forma. Depois, assistimos àquilo a que chamamos um verdadeiro pacto de regime, em função de: “A Fundação há-de ser nossa outra vez!”; Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Partido Socialista desconhece e distancia-se de toda a trapalhada que envolve a manutenção e a gestão da Fundação Robinson.

Declaração de voto – (Fernanda Bacalhau – CDU)

Dispensamo-me de comentar o que acabou de ser dito. De qualquer modo, a declaração de voto da CDU, em relação ao ponto em apreciação, prende-se, única e simplesmente, com o que afirmei no início, acerca da minha intervenção primeira, acerca deste ponto 3, desta ordem de trabalhos. Somos favoráveis à existência da Fundação Robinson, somos favoráveis à sua manutenção e, aqui, nem sequer secundamos o nosso Vereador, porque não estava na reunião de 06 de agosto, como a própria ata também o reflete, mas isso não nos inibe de manifestar a nossa concordância de princípio com a manutenção e existência da Fundação, desde que seja feito tudo o que esteja ao alcance dos portalegrenses, para que a Fundação regresse ao percurso do trilho dos objetivos para que foi criada: um espaço de desenvolvimento cultural da Cidade de Portalegre, que sirva as Associações Culturais e outras entidades que já estão instaladas no espaço e que venham a instalar-se; que aquele espaço seja concluído, na sua construção, para que seja povoado e que cumpra os seus objetivos. É esse o nosso objetivo, é esta a nossa opinião, pelo desenvolvimento daquele espaço e pela sua colocação ao serviço de Portalegre e dos portalegrenses.

Aprovação em Minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, em 23 presenças.-----

FALTAS:

=====

Foram marcadas faltas aos membros: António Chaparro e Ricardo Reia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da mesa, encerrada a 21.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 16.10 h, do dia 04 de outubro, do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário(a) da Mesa,
a redigi e subscrevo.